CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**Aviso n.º 21 739/2007****Concurso interno de acesso geral — Referência n.º 8/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 10 de Outubro de 2007, e na sequência do concurso interno de acesso geral aberto através do aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2007, foram nomeados definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na categoria de calceteiro principal os candidatos Ricardo António Bicho Cardoso Dias, António Luís Albuquerque Janeiro e Maria da Conceição Viegas de Sousa Cortegaça, posicionados no índice 204, escalão 1, devendo os mesmos aceitar o lugar no prazo de 20 dias contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

15 de Outubro de 2007. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos e Património e Acção Social, *Corália de Almeida Loureiro*.
2611060465

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES**Aviso n.º 21 740/2007****Discussão pública da proposta de alteração à operação de loteamento municipal da Quinta de João Mendes — Sines**

Marisa Rodrigues dos Santos, vereadora do pelouro das obras e urbanismo da Câmara Municipal de Sines, faz público, nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e conforme deliberação da Câmara Municipal de Sines, de 4 de Outubro de 2007, que se encontra em discussão pública, por um período de 15 dias contados a partir do 8.º dia da publicação do presente aviso no *Diário da República*, a proposta de alteração ao regulamento da operação de loteamento municipal da Quinta de João Mendes, em Sines.

Os interessados poderão, no prazo fixado, consultar a presente proposta de alteração todos os dias úteis, das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, no Departamento de Ambiente, Planeamento e Urbanismo da Câmara Municipal de Sines, edifício técnico, São Marcos, em Sines, e se o entenderem, apresentar por escrito exposições ou formular sugestões relativas à mesma.

25 de Outubro 2007. — A Vereadora, com competência delegada, *Marisa Rodrigues dos Santos*.

2611060362

Aviso n.º 21 741/2007**Apreciação pública do projecto de regulamento de requalificação do edificado do núcleo antigo de Sines**

Manuel Coelho Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Sines, faz saber que, em reunião extraordinária de Câmara de 26 de Outubro, foi deliberada a aprovação do projecto de regulamento de requalificação do edificado do núcleo antigo de Sines, o qual é submetido a apreciação pública.

O projecto de regulamento pode ser consultado no *site* municipal (www.mun-sines.pt), no Serviço de Expediente Geral e na Secção Administrativa do Urbanismo, da Câmara Municipal de Sines.

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões à Câmara Municipal, durante os 30 dias úteis seguintes à data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

2611060699

Aviso n.º 21 742/2007**Apreciação pública do projecto de regulamento municipal de legalização das edificações existentes no Bairro Marítimo**

Manuel Coelho Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Sines, faz saber que, em reunião de Câmara Extraordinária de 26 de Outubro, foi deliberada a aprovação do projecto de regulamento municipal de legalização das edificações existentes no Bairro Marítimo, o qual é submetido a apreciação pública.

O projecto de regulamento pode ser consultado no *site* municipal (www.mun-sines.pt), no Serviço de Expediente Geral e na Secção Administrativa do Urbanismo, da Câmara Municipal de Sines.

Os interessados devem dirigir por escrito as suas sugestões à Câmara Municipal, durante os 30 dias úteis seguintes à data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Coelho Carvalho*.

2611060710

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**Aviso n.º 21 743/2007****Período de discussão pública de pedido de licenciamento da operação de loteamento**

Para efeitos do disposto no artigo 22.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e com base no disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, torna-se público que se irá proceder à abertura do período de discussão pública do projecto de loteamento LT/1336/2004, sito em Covas de Ferro, na Freguesia de Almargem do Bispo, em nome de Carlos Domingos Laranjeira, nos 15 dias úteis, contados 8 dias úteis após a publicação do presente aviso.

O projecto do loteamento encontra-se disponível na Câmara Municipal de Sintra, Departamento de Urbanismo, Divisão de Projectos Estratégicos, Praça de Afonso Henriques, na Portela de Sintra, e na Junta de Freguesia respectiva.

Os interessados poderão consultar o projecto de loteamento, informação técnica elaborada pelos serviços municipais, assim como os pareceres, autorizações ou aprovações emitidos pelas entidades exteriores ao município, documentos que fazem parte integrante do processo de loteamento, podendo elaborar as suas sugestões, observações e reclamações em requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Sintra.

Para constar se publica o presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

26 de Outubro de 2007. — O Director Municipal do Planeamento Estratégico e Urbanismo, por delegação de competências, *Luís Ferreira*.

2611060622

CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL**Aviso n.º 21 744/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, são renovados por mais um ano, os seguintes contratos de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de auxiliar de acção educativa a partir de 15 de Setembro de 2007, com as funcionárias Ana Paula Borbinhas Narciso Correia e Fernanda Maria Lúcio Gonçalves Rosado.

25 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Armando Varela*.

2611060369

CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA**Aviso n.º 21 745/2007**

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 11 de Outubro de 2007, nos termos do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, que adaptou à administração local o Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e ao abrigo do disposto nas alíneas d) e e) do artigo 2.º, na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, reclassifico profissionalmente a funcionária do quadro de pessoal desta Câmara Municipal Marisa Alexandra Batista Andrade, técnica de 2.ª classe de contabilidade e administração, posicionada no escalão 1, índice 295, da carreira de técnico de contabilidade e administração do grupo de pessoal técnico, na categoria de técnico superior de 2.ª classe generalista, escalão 1, índice 400, da carreira de técnico superior generalista, grupo de pessoal técnico superior. A funcionária

deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611060409

Aviso n.º 21 746/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 18 de Outubro de 2007, e na sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico, aberto por publicitação de aviso de 23 de Julho de 2007, nomeei para o lugar vago na categoria de técnico de 1.ª classe, do grupo de pessoal técnico, conforme lista de classificação final homologada, o candidato Joel Brandão Silva Fonseca.

O candidato deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

2611060446

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO**Aviso n.º 21 747/2007****Reclassificação profissional**

Para os devidos efeitos, se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal, se procedeu à reclassificação profissional dos seguintes funcionários, nos termos da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro:

Nome	Categoria	Categoria após reclassificação	Data
António Jorge Antunes Pereira	Cantoneiro de limpeza, escalão 1, índice 155.	Operador de estações elevatórias, de tratamento e de depuração, escalão 1, índice 189.	1-9-2007
Cirilo Jesus Correia Fernandes	Cantoneiro de limpeza, escalão 1, índice 155.	Operador de estações elevatórias, de tratamento e de depuração, escalão 1, índice 189.	1-9-2007

1 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

2611060353

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR**Aviso n.º 21 748/2007****Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal de Tomar**

Torna-se público que a Assembleia Municipal de Tomar, sob proposta da Câmara Municipal de Tomar aprovada em reunião realizada em 27 de Março de 2007 e cumpridas as formalidades legais do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, deliberou, na sua 4.ª sessão ordinária realizada em 28 de Setembro de 2007, aprovar a alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal de Tomar:

Preâmbulo

Com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação, nomeadamente com a generalização do uso da Internet, torna-se necessário regulamentar não só a sua utilização como também definir as taxas referentes aos futuros serviços que irão ser prestados pela Biblioteca Municipal de Tomar — António Cartaxo da Fonseca, a qual dispõe, neste momento, de dois postos de acesso públicos à Internet que estão a ser utilizados gratuitamente por períodos de meia hora. Sendo a Biblioteca Municipal de Tomar — António Cartaxo da Fonseca um serviço público da Câmara Municipal de Tomar que se deseja ao serviço e fruição da população, cumprirá tanto mais eficiente e eficazmente a sua função quanto mais e melhor for utilizada, dinamizada e frequentada.

Nesta perspectiva da qualidade dos serviços a prestar conjugada com a necessidade de preservação e conservação do património que a constitui, torna-se indispensável estabelecer um conjunto de normas e procedimentos que garantam e salvaguardem a convivência harmoniosa destes dois princípios.

Assim, no uso da competência prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi elaborada a presente alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal de Tomar.

A alteração ao presente Regulamento foi aprovada por deliberação desta Câmara Municipal em reunião ordinária de 27 de Março de 2007, tendo sido publicado para apreciação pública e recolha de sugestões, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Maio de 2007.

Após inquérito público foi a referida alteração submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 53.º, n.º 2, alínea a), e 64.º, n.º 6, alínea a), ambos da

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, na 4.ª sessão ordinária de 28 de Setembro de 2007, de que resultou as alterações que a seguir se publicam:

Artigo 1.º**Alteração ao Regulamento da Biblioteca Municipal de Tomar**

Os artigos 3.º, 10.º e 11.º do Regulamento Municipal da Biblioteca Municipal de Tomar passam a ter a seguinte redacção, sendo ainda acrescentado o artigo 15.º-A com o teor que se segue:

«Artigo 3.º**Actividades**

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)

2 —

3 —

4 — Excepcionalmente, e no âmbito das campanhas eleitorais a que houver lugar, será autorizada a cedência do uso do auditório da Biblioteca Municipal para os actos relacionados com as respectivas campanhas, nos termos da legislação aplicável.

5 — As actividades a realizar fora das horas de serviço público serão sempre asseguradas pelos técnicos da biblioteca e, na falta de recursos humanos necessários à sua execução, deverá recorrer-se a pessoal de outros serviços do município, quer por razões de segurança quer para responsabilização dos serviços.

Artigo 10.º**Identificação**

a) Os utilizadores da Biblioteca Municipal de Tomar — António Cartaxo do Fonseca podem usar os equipamentos informáticos destinados a uso público, de forma particular e individual, para realizarem gratuitamente as suas pesquisas, pelo período de meia hora diária, mediante a apresentação do cartão de leitor e após a validação de uma senha (*password*) correspondente ao número do bilhete de identidade ou cédula pessoal.

- b)
- c)